

Juventude e Violência: A Construção Social do Campo e suas Formas de Organização Social

Marcelo Larangeira¹ Orientadora: Mônica Farias

¹Universidade Salgado de Oliveira/ Coordenação do Curso de Direito, Endereço Rua Lambari, nº. 10 – Trindade — São Gonçalo — RJ, e-mail: larangeira@if.ufrj.br

Resumo- O objetivo desta pesquisa é analisar o campo em que se configura a relação entre juventude e violência no Brasil, através das fontes midiáticas, na busca pela compreensão do processo de construção social destas categorias e seus respectivos significados para os diferentes grupos sociais. Insta-se que o exercício dos atos jurídicos, concernentes ao Estado, esteja em plena consonância com os anseios de justiça social definidos através de ações governamentais que objetivam o cumprimento dos princípios constitucionais ligados ao tema da juventude que, no caso do Brasil, carece de uma política pública efetiva. A Constituição brasileira de 1988, na disposição do artigo 227 imputa ao Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, todos os direitos fundamentais, inerentes à vida e a dignidade humana.

Palavras-chave: Políticas públicas, Estado de Direito, Juventude.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

O objetivo desta pesquisa é analisar o campo (Bourdieu, 1989) em que se configura a relação entre juventude e violência no Brasil, através das fontes midiáticas, na busca pela compreensão do processo de construção social destas categorias e seus respectivos significados para os diferentes grupos sociais.

Insta-se que o exercício dos atos jurídicos, concernentes ao Estado, esteja em plena consonância com os anseios de justiça social definidos através de ações governamentais que objetivam o cumprimento dos princípios constitucionais ligados ao tema da juventude que, no caso do Brasil, carece de uma política pública efetiva. A Constituição brasileira de 1988, na disposição do artigo 227 imputa ao Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, todos os direitos fundamentais, inerentes à vida e a dignidade humana. Segundo Freitas e Papa (2003), o tema da juventude começou a ganhar projeção no espaço público brasileiro, pois, estes eram afetados de forma particularmente intensas e sensíveis as desigualdades econômico-sociais, enfrentando dificuldades das mais diversas ordens. Os jovens brasileiros, como atores sociais, atuam ora como vítimas ou protagonistas da violência. Ademais, avigora o arquétipo social da representação da juventude brasileira atual como uma geração corrompida em seus preceitos éticos e tais conceitos, decerto, são reiterados pelas mídias impressa e televisiva. Desta forma, instaura-se, na sociedade civil, o conceito de impunidade quando a norma jurídica veda que um jovem, menor de dezoito anos, elencado em um crime hediondo seja imputável. A origem das ações públicas no Brasil destinadas à criança e ao

adolescente data da segunda metade do século XIX e esteve voltada ao atendimento das crianças órfãs (BELLUZO et al. 2004). As primeiras ações tiveram por inspiração os mecanismos utilizados na Europa de então, denominados “roda dos enjeitados” ou “roda dos expostos”, contavam com a participação da Igreja, eram apoiados pelo Estado e executadas pelas Santas Casas de Misericórdia e orfanatos (BELLUZZO et al, 2004). A recorrente formatação Estado – entidades não governamentais mostram-se como o primacial caminho para a criação de políticas públicas efetivas para juventude. Aliam-se os princípios jurídicos norteadores, A Carta Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente e ações pragmáticas de Organizações Não-Governamentais para o erguimento de uma Política Pública voltada à Juventude dotada de plena eficácia. Os modelos testados se mostram incapazes de serem reproduzidos em larga escala, *ipso facto*, as políticas públicas aprofundam a exclusão porque elas são limitadas e fragmentadas (ABAD, 2003). A inclusão dos jovens – principal público-alvo – nas Políticas de Estado não dependem tão-somente de iniciativas da União, dos Estados Federados e Municípios, a conjuntura sócio-econômica do País contribuição, significativamente, para os objetivos almejados, se estas não estiverem favoráveis, as Políticas Públicas estão fardadas à sucumbência. Segurança Pública e Direitos Humanos são temas que necessitam ser debatidos, concomitantemente, e estar inseridos na agenda das Políticas Públicas para a Juventude, pois, é o Estado que detém o monopólio da positividade e execução dos direitos(HÖFFE, 1991) e este deve, por vocação inata, almejar o cabal cumprimento dos princípios constitucionais positivada e

instituídas pelos titulares do Poder Constituinte, isto é, o povo brasileiro, como assevera o art 1º, parágrafo único, da Constituição Brasileira de 1988. Em um Estado de Direito, a necessidade dos direitos humanos – princípios morais de valores de justiça -, especialmente de direitos humanos positivados como direitos fundamentais, constitucionalizados e garantidos por regras jurídicas, como *conditio sine qua non* para o exercício do poder (HÖFFE, 1991).

Metodologia

A primeira parte da pesquisa se define pela leitura e análise das fontes bibliográficas, em que se constitui o quadro de referência teórica, além da literatura referente ao processo de construção social do campo onde estão presentes as categorias sociais: juventude e violência no Brasil.

A consulta e a análise do material de imprensa demonstra a necessidade de apreensão das formas de construção social dos fatos, através das relações entre os meios de comunicação de massa, os poderes públicos e a sociedade civil, apontando para uma leitura do processo de formação de posicionamentos identificados com as questões sociais referentes as categorias sociais em questão.

A definição deste campo determina-se pelos recortes jurídico e sociológico, objetivando o mapeamento das ações sociais, políticas, normativas e ideológicas constitutivas deste segmento da população.

O trabalho de campo, parte de uma abordagem qualitativa, de forma que a investigação possa ser direcionada para o aprofundamento dos dados. Realizaremos entrevistas abertas, a partir da elaboração de um roteiro, com jovens (alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas) do Município de São Gonçalo, objetivando compreender o universo de representações sociais, constituído por estes jovens, a partir da sua relação com os meios de comunicação de massa e com os grupos sociais dos quais fazem parte.

A inter-relação entre os diferentes níveis de abordagem propostos pela pesquisa visa articular planos de ações e representações sociais em que se configuram estes segmentos da população, através da compreensão dos diversos significados impressos em suas formas de conduta e inserção social.

Agradecimentos: Quaisquer agradecimentos a pessoas ou órgãos financiadores devem ser colocados nessa seção, antes das referências.

Resultados

Neste momento, a pesquisa se encontra em sua fase inicial. Os primeiros procedimentos constam da leitura e análise das fontes bibliográficas e do material de imprensa.

O levantamento inicial aponta para a construção de um campo (Bourdieu, 1989) em que se definem lutas concorrenciais entre os pólos dominante e dominado, permeado pelos interesses sociais dos diferentes grupos posicionados sobre este campo.

A contextualização histórica das relações entre juventude e violência no Brasil aponta a necessidade de compreensão do processo de formação social destas relações, a partir das diversas perspectivas em questão.

Uma análise relacional deste quadro demonstra que os jovens de classes populares estão expostos ao julgamento público com uma ênfase na situação de risco em que se encontram e por estarem identificados como elementos de uma questão social, alvo de políticas públicas e ações normativas.

Entretanto, observa-se através de uma leitura inicial, que os jovens de classe média, de um modo geral, encontram-se relacionados aos grupos sociais dos quais fazem parte, na condição de sujeitos sociais vítimas de determinadas circunstâncias, já que de acordo com a sua regular trajetória social, estes atos seriam contraditórios às expectativas geradas pelo pertencimento a sua classe social.

O material de imprensa, inicialmente analisado também aponta para a segmentação destes grupos, construindo fatos sociais, de acordo com os interesses dos diferentes grupos envolvidos nesta questão. Ou seja, a mídia informa, produz e reproduz estereótipos e representações sociais que se revelam como elementos de formulação de políticas públicas, assim como, ações normativas voltadas para a delimitação do campo em que situam-se os jovens no Brasil.

Podemos perceber que o mapa da relação entre juventude e violência no Brasil necessita ser compreendido, a partir de uma perspectiva relacional entre os diferentes níveis de ação e seus respectivos atores sociais.

Discussão

O quadro referencial teórico parte do conceito de campo (Bourdieu, 1989) em que se inserem as categorias sociais juventude e violência no Brasil, definindo-se pelos posicionamentos adotados de acordo com as particularidades e interesses sociais dos grupos em questão.

“(…) O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. (…) A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados.” (BOURDIEU, Apud ORTIZ, p.19, 1994)

Alvim e Paim (2000) apontam para a necessidade de uma análise relacional entre os diferentes planos de ação em que se configuram os jovens e suas formas e representação social, a fim de possamos compreender os diversos significados atribuídos por estes atores sociais e suas forma de organização no interior dos grupos nos quais se inserem, assim como com a sociedade.

“(…) De fato, essas classificações genéricas são produtos de uma apropriação que define o termo e a idéia, e decide quem faz parte dessas categorias a partir de critérios elaborados por alguns, de acordo com o grau de adesão a uma imagem esquemática proposta como definição. Erigida a partir daí, tal realidade impede que se construam e reconstruam sujeitos sociais historicamente diversos, com trajetórias diferenciadas, como grupos e indivíduos que participam da delimitação de um campo como protagonistas em movimento.” (ALVIM e PAIM, 2000, p. 14)

Portanto, buscamos delinear, através da investigação científica de base qualitativa, o quadro em que se define o conjunto de forças e formas de representação social, qualificadores do processo de construção das categorias sociais juventude e violência na realidade brasileira, objetivando a análise sociológica destas categorias e seus diferentes planos.

Conclusão

A fase inicial em que se encontra a pesquisa aponta para a formação de um campo de forças contraditórias articuladas aos diferentes grupos sociais que permeiam este processo. Ou seja, a partir de uma análise relacional dos diferentes segmentos em que se encontram os jovens no Brasil, constatamos a reprodução de estereótipos e verdades construídas, de acordo com os interesses sociais, resultantes de um determinado contexto histórico.

A definição do campo em que se insere este objeto de estudo exige a compreensão das formas de organização, dos diferentes significados impressos em suas ações e das formas de representação da realidade social na qual participam.

Analisar estes grupos sociais e suas relações com as formas de representação da violência no Brasil contribui para a formulação de políticas públicas e ações sociais, pertinentes a estes setores da população, objetivando a inclusão social, através da democratização dos direitos sociais e da conscientização política necessárias à transformação destes atores sociais em protagonistas de suas trajetórias no âmbito da sociedade da qual fazem parte.

Agradecimentos:

Agradeço a minha prezada orientadora Prof. Dr^a Mônica Farias, pela sua imprescindível contribuição e apontamentos, a Coordenação do Curso de Direito da Universidade Salgado de Oliveira — Campus São Gonçalo por todo apoio. Aos Professores José Augusto da Conceição, Amarildo Luz, Antônio José Ferreira, Célia Regina de Paula e Alexandre Tinoco. Agradeço e, aos meus colegas de “militância” no Curso de Direito, Jhonathan Brandt e Natacha Castro. Agradecimentos a Flávia Guimarães, pela paciência e compreensão e finalmente, a minha família e, em especial minha mãe, Ana Lúcia Lorangeira, pelo fornecimento do Café enquanto escrevia o presente trabalho.

Referências

ABAD, M., Crítica Política das Políticas de Juventude. In: FREITAS, M., PAPA, F., **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo. Cortez Ed., 2003.

ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia. (Orgs.) . **Juventude Anos 90: Conceitos, Imagens, Contextos**. Rio de Janeiro. Gestão Comunitária e Contracapa Livraria. 2000.

BELUZZO, L., VICTORINO, R.C., A juventude nos caminhos da Ação Pública, **São Paulo em perspectiva**, 18(4): 8 -19, São Paulo, 2004.

ORTIZ, Renato. (Org.). **Sociologia**. 2^a. Edição. São Paulo. Ed. Ática. 1994.

FREITAS, M., PAPA, F., **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo. Cortez Ed., 2003.

HÖFFE, O., **Justiça Política: Fundamentação de uma filosofia crítica do Direito e do Estado**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

